


UMA ANÁLISE DA POLÍTICA AGROEXPORTADORA (1930-1945) SOB A ÓTICA DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

AN ANALYSIS OF AGRO-EXPORT POLICY (1930-1945) FROM THE PERSPECTIVE OF THE NEW INSTITUTIONAL ECONOMICS

ANÁLISIS DE LA POLÍTICA AGROEXPORTADORA (1930-1945) DESDE LA PERSPECTIVA DE LA NUEVA ECONOMÍA INSTITUCIONAL

 <https://doi.org/10.56238/arev8n6-055>

Data de submissão: 12/05/2026

Data de publicação: 12/06/2026

Pedro Arboit Tartas

Mestrando em Economia

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Luiz Philippe dos Santos Ramos

Doutor em Economia

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

RESUMO

Este artigo analisa a política agroexportadora da Era Vargas (1930-1945) sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), onde é argumentado que as ações de Vargas no Brasil, foram um projeto planejado de engenharia institucional, e não apenas uma resposta reativa à crise de 1929. O objetivo central do artigo é apresentar como foi o processo de rompimento da cultura do café, inferindo a intervenção do Estado na crise cafeeira, através de órgãos como o CNC e o DNC, mantendo a renda interna, o que viabilizou o Processo de Substituição de Importações (PSI). Simultaneamente, o governo fomentou a diversificação produtiva, criando regulamentações e realizando acordos internacionais, para reduzir os custos de transação e a incerteza. A política externa pragmática foi usada para alavancar a indústria exportadora, conseguindo fundos para quebrar o ciclo do café e inserir a nação em um processo de desenvolvimento econômico mais efetivo.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional. Desenvolvimento Econômico. Café. Brasil. Diversificação Produtiva.

ABSTRACT

This article analyzes the agro-export policy of the Vargas Era (1930-1945) from the perspective of the New Institutional Economics (NIE), arguing that Vargas's actions in Brazil were a planned project of institutional engineering, and not merely a reactive response to the 1929 crisis. The central objective of the article is to present how the process of breaking with the coffee culture unfolded, inferring the State's intervention in the coffee crisis through bodies such as the CNC and the DNC, maintaining domestic income, which enabled the Import Substitution Industrialization (ISI) process. Simultaneously, the government fostered productive diversification, creating regulations and making international agreements to reduce transaction costs and uncertainty. Pragmatic foreign policy was used to leverage the export industry, securing funds to break the coffee cycle and insert the nation into a more effective process of economic development.

Keywords: New Institutional Economics. Economic Development. Coffee. Brazil. Productive Diversification.

RESUMEN

Este artículo analiza la política agroexportadora de la era Vargas (1930-1945) desde la perspectiva de la Nueva Economía Institucional (NEI), argumentando que las acciones de Vargas en Brasil fueron un proyecto planificado de ingeniería institucional, y no simplemente una respuesta reactiva a la crisis de 1929. El objetivo central del artículo es presentar cómo se desarrolló el proceso de ruptura con la cultura del café, infiriendo la intervención del Estado en la crisis cafetera a través de organismos como el CNC y el DNC, manteniendo el ingreso interno, lo que posibilitó el proceso de Industrialización por Sustitución de Importaciones (ISI). Simultáneamente, el gobierno fomentó la diversificación productiva, creando regulaciones y estableciendo acuerdos internacionales para reducir los costos de transacción y la incertidumbre. Se utilizó una política exterior pragmática para impulsar la industria exportadora, asegurando fondos para romper el ciclo del café e incorporar al país a un proceso de desarrollo económico más efectivo.

Palabras clave: Nueva Economía Institucional. Desarrollo Económico. Café. Brasil. Diversificación Productiva.

1 INTRODUÇÃO

O período da Era Vargas (1930-1945) representa um ponto de inflexão na história econômica do Brasil, marcando a transição de uma economia primariamente agroexportadora para um modelo voltado ao mercado interno. Este trabalho tem como objetivo central analisar as políticas implementadas nesse período, com foco no setor agroexportador, sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI). Argumenta-se que as ações do governo Vargas não foram apenas uma resposta reativa à crise de 1929, mas um projeto planejado de engenharia institucional, que buscou romper com a monocultura cafeeira e estabelecer as bases para um novo caminho de desenvolvimento nacional.

A economia brasileira anterior à 1930 encontrava-se em uma armadilha de desenvolvimento, devido a excessiva especialização na cafeicultura, embora lucrativa por décadas, gerou uma elevada dependência desse ativo, que tornou a nação extremamente vulnerável a choques externos. A crise global de 1929 não foi a causa, mas o choque que expôs a insustentabilidade do modelo institucional brasileiro, que se mostrava ineficiente e incapaz de promover a diversificação e a sustentabilidade econômica. Para Pereira (1994), uma análise puramente econômica, sem tomar em consideração as diferenças sociais e naturais que o país apresentava, seria insuficiente para capturar a essência da mudança que se seguiu, pois o desafio de Vargas não era apenas gerir variáveis econômicas, mas reconfigurar a própria estrutura de incentivos que por tanto tempo privilegiou um único setor.

É neste ponto que a Nova Economia Institucional (NEI) se revela uma ferramenta analítica abrangente. Ao invés de tratar o Estado como um ator exógeno, a NEI permite analisar, como a criação de novas "regras do jogo" e de estruturas de governança buscam ativamente reduzir os custos de transação e a incerteza que paralisaram os investimentos em outros setores. A intervenção estatal, sob esta ótica, é vista como a construção de uma sustentação institucional que serve de guia para o comportamento dos agentes econômicos em direção a um novo projeto de nação, alinhado à premissa de que instituições eficazes são cruciais para o desenvolvimento.

Para desenvolver este argumento, o artigo está estruturado em seis seções. A seção 2 apresenta o contexto histórico da crise de superprodução do café e a ascensão de Getúlio Vargas como presidente da República. A seção 3 detalha o referencial teórico da Nova Economia Institucional (NEI), explorando conceitos como custos de transação, instituições e path dependence, que servem como uma análise qualitativa para a metodologia avaliativa do estudo. A seção 4 analisa como a gestão da crise cafeeira por novas instituições iniciou a transformação estrutural. A seção 5 discute a diversificação da produção e como o Estado fomentou uma nova trajetória de desenvolvimento voltada à inserção de diversificação produtiva. Por fim, a seção 6 apresenta as considerações finais

de como a engenharia institucional estabelecida na Era Vargas (1930 - 1945) rompeu com a dependência agroexportadora.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A contextualização histórica se faz como um dos fatores mais importantes para a compreensão deste artigo. Dito posto, esta contextualização terá em boa parte como base teórica, os autores Caio Prado Júnior e Celso Furtado em suas respectivas obras “História Econômica do Brasil” e “Formação Econômica Brasileira”, que são utilizadas para a análise histórica pré varguista do Brasil, trilhando aos anos anteriores da posse de Getúlio Vargas como presidente da República

Segundo Prado Júnior (1987), Portugal que já obtinha a característica de ser um país colonialista anteriormente ao descobrimento do Brasil, principalmente nas ilhas do Atlântico e no comércio de especiarias das índias orientais, comprometendo-se com feitorias no continente africano; em 1500, com a anexação do território sul americano para a colônia, advindo de seu alto custo de exploração, não apresentava atrativos econômicos para a comercialização entre colônia e metrópole, assim, à primeira vista, não ofertou suas atenções para o território.

Com a expansão espanhola no continente americano, para Furtado (1970), Portugal se viu obrigado a povoar o território, efetuando atividades econômicas para a garantia de sua legitimidade. Segundo Prado Júnior (1987), estas atividades foram caracterizadas a primeiro momento pela extração de recursos naturais como o Pau-Brasil, utilizando a mão de obra indígena em primeiro plano, facilmente oportuna para os europeus que lucravam com o comércio em solo europeu, já que a demanda indígena integrada por quinquilharias de pequenos objetos que os enchiam de satisfação, era considerada ínfima em relação aos lucros do Pau-Brasil para a metrópole.

A partir do crescimento mercantil açucareiro no Ocidente, que apresentava cada vez mais gosto por essa *commodity*, advoga Furtado (1970) que os portugueses se viram na função de ofertar este produto em larga escala no mercado, visto que possuíam experiência no cultivo da cana em suas ilhas do Atlântico e território vago nas américas. Dito isso, a partir da criação de grandes latifúndios, mão de obra escrava, importada da África e incentivos Holandeses, o nordeste brasileiro se torna um grande exportador de cana-de-açúcar para o mercado europeu, conseguindo estabelecer um monopólio desse mercado até o séc XVIII.

O crescimento da influência bolivariana¹ nas américas durante o início do séc XIX agregou com a independência de vários países americanos, inclusive com o Brasil, instaurando-se o Império, que para Furtado (1970), se apresentava em um contexto de pivotação extrativa comercial de cana-

¹ Ideologia política inspirada nos ideais de Simón Bolívar, líder da independência sul-americana.

de-açúcar para o ciclo do ouro no interior de Minas Gerais e do algodão em pequena escala no estado do Maranhão.

No final do século XIX, no Brasil, com a dissolução do Império e a Abolição da Escravatura, inserido em uma crise do comércio açucareiro e de metais preciosos, para Prado Júnior (1987), adjunto de uma inserção de 800.000 escravos no plano econômico, causando um alto nível de desemprego. Advindo da desvantajosa concorrência com as Antilhas no mercado de cana-de-açúcar, escassez de metais preciosos e com alta mão de obra onerosa ex-escrava, o mercado então, encontrou *commodities* que poderiam suprir a economia nacional, sendo eles o café e a borracha, ambos localizados respectivamente nas regiões Sudeste e Norte do país, gerando um grande índice migratório para essas regiões, ofertando um alto número de empregos assalariados nas lavouras de café que posteriormente será um dos bens mais comentados ao longo deste artigo (Furtado, 1970).

A produção de café surge como um multiplicador econômico, oferecendo salários para ex-escravos, melhorando a renda nacional, contribuindo em 67,6% das exportações brasileiras entre 1889 - 1897 para o mercado internacional (Villela; Suzigan, 1973), apresentando índices muito promissores na criação de mais lavouras, porém, para Furtado (1970), devido a elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras a serem cultivadas, há uma clara indicação de que os preços do café, tenderiam a baixar, porventura diminuindo a margem e lucro recebida pelos produtores.

Com a continuação da expansão da cultura do café pelo país, e a borracha sendo cada vez mais excluída dos mercados internacionais pela concorrência das Índias Orientais Holandesa, por consequência, a política de defesa do café continua a criar espaço na economia, assim, aproximando o Brasil de uma dependência econômica deste ativo, por mais já houvessem crises de superprodução constantes ao longo da história recente (Prado Júnior, 1987).

O Convênio de Taubaté é uma das articulações governamentais de defesa do café, que se constituiu sobre uma política de valorização do produto, onde, com o fim de estabelecer um equilíbrio entre oferta e demanda de café, o governo contrai empréstimos estrangeiros para a compra de excedentes de produção para manter o preço em favor aos cafeicultores, em troca de um novo imposto cobrado sobre cada saca de café exportada e com a promessa, de que no longo prazo, os cafeicultores iriam desencorajar a expansão das plantações (Furtado, 1970), que com o tempo se demonstrou ineficiente, pois ao defender o preço do café, este ativo se tornou atrativo para o cultivo, assim, fomentando o oportunismo para o lucro em cima do fruto, demonstrando-se uma política ineficiente e contraditória no longo prazo.

A dívida pública que era uma das principais ferramentas operacionais do governo federal, em função de que sua receita era advinda de impostos sobre importações que automaticamente dependiam

da renda das exportações de café. O lucro dos cafeicultores se encaminhava cada vez mais para a decadência, pois a política de defesa do café era financiada pelo próprio órgão que contraía as dívidas, direcionando esta política para uma armadilha que contribuiu com os efeitos negativos enfrentados durante a Grande Depressão em 1929, onde o mercado global quebrou e o café estocado não obteve prospecção de revenda (Furtado, 1970).

Dado esta contextualização econômica e culminando com uma crise política que assolava o país, Getúlio Vargas assume o poder em 1930 com o apoio de uma junta militar integrada pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, instaurando o Governo Provisório e visando a contribuição para um novo modelo e alinhamento econômico no Brasil (Fonseca, 2014).

3 REFERENCIAL TEÓRICO: A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

No campo das ciências econômicas, para o entendimento da própria, são realizadas suposições referentes ao contexto geral de análise, muitas vezes relevando circunstâncias inerentes ao plano de interesse, consistindo em suposições como *ceteris paribus*, que a escola clássica com Adam Smith no séc. XVIII em sua obra “A Riqueza das Nações” introduziu para a ciência. O conceito de *ceteris paribus* induz a relação entre os agentes econômicos de forma simplificada para o entendimento da teoria, onde caracteriza os demais efeitos inesperados ou não avaliados na análise, como constantes, restringindo por muitas vezes o pensamento econômico à um “plano platônico”, portanto, não avaliando de uma maneira realística e coesa com o funcionamento da sociedade.

Com a evolução da economia em relação ao estudo científico, Thorstein Veblen em sua obra “The Theory of the Leisure Class” (1899), defende que a economia não pode ser analisada sem a ótica estrutural que ela está inserida, pois ao contextualizar a sociedade em um plano simples, a possibilidade do direcionamento à uma armadilha de trajetória dependente (*path dependence*), onde modelos são perpetuados não por sua precisão, mas sim pelo seu hábito, podendo enviesar a pesquisa em um padrão irracional diante o ângulo realista da sociedade. Perante esta ótica de questionamento referente aos padrões simplistas que a teorias ortodoxas abordam, a Economia Institucional é formulada, com a intenção de analisar os padrões abstratos da sociedade, “pressupondo que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas” (Conceição, 2002).

Dado a contextualização da abordagem institucional clássica, Oliver Williamson, Ronald Coase e Douglass North, durante o séc XX, adotam a criação da NEI (Nova Economia Institucional), caracterizada pela conjunção de mecanismos institucionais, com a intenção de conceder a regulamentação e pouca atuação no âmbito econômico, procurando o aumento da eficiência produtiva e pressupondo a existência de falhas de mercado como os custos de transação e o *path dependence*

que podem ser minimizadas ou potencializadas pela ação de instituições. Esta escola será utilizada de ensaio ao longo do artigo para a análise da engenharia governamental Varguista durante o período de 1930 - 1945, contemplando o

Governo Provisório, Governo Constitucional e por fim o Estado Novo em relação com as suas articulações no setor agroexportador, destacando as ações no modelo operante do Processo de Substituição de Importação (PSI) e a criação de instituições protetivas para a industrialização brasileira.

3.1 CUSTOS DE TRANSAÇÃO

Transações econômicas são sujeitas a custos além dos de produção, exemplificando em uma lista multivariada, que podem contemplar os custos temporais, contratuais e riscos de originalidade como a pirataria (Conceição, 2002), muitas vezes não contabilizados nos saldos administrativos de agentes econômicos, porém, se demonstrando um “assassino invisível” para os próprios no longo prazo.

Os custos de transação têm a tendência de menor percepção, porventura de menor facilidade identificativa do que os custos de produção, sendo uma importante variável para o sistema, que muitas vezes é ignorada diante das decisões de agentes “racionais”. Ocorrendo, em grande medida advindo de dois pressupostos defendidos por Williamson (1975) na teoria dos custos de transação (TCT), protagonizados pela limitação racional e o oportunismo, vinculados aos três atributos básicos de transações que o próprio define como a frequência, a incerteza e a especificidade dos ativos envolvidos, sendo este último considerado o maior fator de impacto nas transições econômicas.

A contextualização da racionalidade limitada elaborada por Herbert Simon, exemplifica que os agentes econômicos, embora intencionalmente racionais, têm a capacidade limitada para efetuar ações em relação ao conhecimento existente (Simon, Apud Conceição, 2002). Diante desta limitação, muitas vezes os indivíduos buscam conclusões mais satisfatórias em vez de mais proveitosas de acordo com as circunstâncias, ou seja, a tomada de decisão considerada mais “satisfatória”, frequentemente sobrepõe os objetivos primordialmente estabelecidos, favorecendo o ganho acelerado em detrimento de um resultado mais eficiente no longo prazo, abrindo espaço para o comportamento oportunista.

Partindo da premissa que o oportunismo se classifica como a “manipulação estratégica da informação ou falseamento das intenções” (Williamson, 1975), podendo ser ampliada com o abuso da racionalidade limitada, e de que “o comportamento é complexo e nem sempre os indivíduos agem oportunisticamente” (John, 1984), a expectativa advinda da possibilidade existencial oportunista, por

mais que aparente ser minoritária ou majoritária, a incerteza que os indivíduos apresentam ainda é existente, custeando os termos de troca mais do que enfaticamente eles valem.

Mensurando os argumentos de Williamson (1985), para o autor, o entendimento da racionalidade limitada que está estritamente relacionada com a incerteza, dado que comportamento racional pode ser mais limitado; a insurgência de ações oportunistas se tornam mais frequentes, abaixando as condições de confiabilidade sistêmica dos indivíduos, prejudicando a elaboração de planos futuros, tornando-se mais custoso. Portanto, quanto mais limitada a racionalidade dos agentes econômicos, menor se torna a tendência de investimento nos setores requeridos.

Se a racionalidade limitada e o oportunismo são as condições fundamentais que geram os custos de transação, a especificidade dos ativos é a variável que determina a sua intensidade. Enquanto os dois primeiros conceitos descrevem a imperfeição da previsão humana e a inclinação para o autointeresse, é a natureza dos investimentos realizados que define a capacidade do impacto transacional que está em jogo. Este impacto transacional é caracterizado pela dependência de um ativo na relação do ofertante com o consumidor, ou seja, quanto mais dependente de um ativo o agente econômico for, mais vulnerável ao oportunismo ele está.

3.2 INSTITUIÇÕES

Para o modelo de Solow², uma das variáveis mais efetivas de crescimento econômico adiante ao estado estacionário produtivo é o crescimento tecnológico, possibilitando a alocação da curva de produção para um ponto de maior eficiência de produção, trabalho e capital ao longo do tempo. Com a contribuição do pensamento institucionalista, o avanço tecnológico dialoga intrinsecamente com o avanço institucional local, onde as inovações são realizadas, argumentado que para Celso Furtado (1970) a Revolução Industrial³ datada em 1760 foi viabilizada pela Revolução Gloriosa³ em 1688, pavimentando o caminho com um ambiente de confiança e estabilidade estatal, fomentando o empresariado inglês e porventura ocasionando um dos eventos mais influentes da história.

As instituições são definidas para North (1994), “como as restrições criadas pelo homem que estruturam as relações humanas”. Divididas em formais (regras, leis, constituições), informais (cultura, códigos de conduta, normas comportamentais) e suas atividades reguladoras (aquilo que é efetuado tanto por um órgão público quanto pela sociedade, caracterizada pela ação) que juntas

² Modelo de crescimento econômico desenvolvido pelo economista Robert Solow em 1956. ³ Período de grande desenvolvimento tecnológico, marcado pela transição da manufatura para a maquinofatura, notavelmente com a invenção da máquina a vapor. Causou profundas transformações econômicas e sociais.

³ Eventos ocorridos na Inglaterra entre 1688 e 1689 que levaram à deposição da política absolutista, limitando o poder da monarquia e estabelecendo a supremacia do parlamento, consolidando a monarquia constitucional inglesa.

formam a estrutura de incentivos desenvolvimentistas, tanto sociais como econômicos, complementando o aprendizado humano, moldando a evolução das instituições conforme o avanço no pensamento cooperativo social, tornando um processo evolutivo entre a manipulação da estrutura institucional e a complementaridade do pensamento humano de maneira cíclica (North, 1994)

Advindo do paradigma de incerteza que está alocado na sociedade, o Estado possui as condições necessárias para moldar as preferências organizacionais, assim como ser moldado de acordo com os interesses das organizações em si. Segundo North (1993) o Estado está associado com duas formas de manifesto, caracterizadas pelo estado predatório e do bem-estar. O Estado predatório é aquele que busca maximizar a satisfação de um grupo específico de agentes, já o estado de bem-estar se preocupa com a correção de “falhas de mercado” com a intenção de aumentar o bem-estar social. Desta forma, parte-se do pressuposto básico de que as instituições reguladoras podem, sim, ser responsáveis por parcela significativa do desenvolvimento de uma determinada região, mas também pelo agravamento das desigualdades, principalmente quando são construídas de forma a privilegiar determinadas classes sociais (Furlanetto, 2008). As estruturas de governança surgem para dar suporte às transações, tendo como objetivo minimizar os custos de transação (Chadrecke, 2024), embora também tendo a capacidade de aumentá-los quando influenciado por interesses específicos.

3.3 PATH DEPENDENCE

O conceito de *path dependence* é fundamental na análise da Nova Economia Institucional. A premissa central é que as decisões e os eventos do passado restringem as escolhas disponíveis no presente, ou seja, “a história importa” (North, 1994). Diferente da perspectiva neoclássica, que muitas vezes assume que os agentes econômicos podem escolher a solução mais eficiente a qualquer momento, a abordagem da dependência de trajetória sustenta que o desenvolvimento de uma sociedade ou economia é um processo cumulativo e restringido por seu próprio passado.

Essa dependência ocorre porque as escolhas iniciais, mesmo que pequenas ou acidentais, podem gerar mecanismos de auto reforço, causando uma especificidade por ativos mais comprometedoras que o comum e gerando retornos de capital, tornando cada vez mais custosa a alteração da estrutura produtiva que “realça a idéia de que uma vez numa trajetória, maior a tendência de permanência nela” (Gala, 2003). Instituições criam grupos com interesses em sua manutenção, as organizações se adaptam à estrutura de incentivos existente e o aprendizado social se concentra em aprimorar o caminho já trilhado, em vez de explorar alternativas (North, 1994). Podendo levar à persistência de instituições e tecnologias que não são necessariamente as mais eficientes, simplesmente porque os custos de transição para uma nova trajetória são muito altos.

No contexto deste trabalho, a análise do *path dependence* é crucial para compreender o legado das transformações institucionais antes e durante a Era Vargas. As decisões tomadas entre 1930 e 1945, como a criação de um aparato estatal centralizado, a intervenção na economia através de novas agências reguladoras e a implementação do Processo de Substituição de Importações (PSI), não foram eventos isolados. Pelo contrário, essas ações estabeleceram uma nova trajetória específica para o desenvolvimento econômico, causando uma ruptura na política econômica preestabelecida, que tendenciou o Brasil para uma trajetória inerente à industrialização e consolidou o desenvolvimento nacional para viés produtivo de um ativo. Entender a dependência histórica da política de defesa de *commodities*, em específico do café, é essencial para analisar como as instituições varguistas contribuíram com a economia brasileira.

4 CAFÉ E PATH DEPENDENCE

A Grande Depressão⁴, iniciada em 1929, representou um choque exógeno de magnitude sem precedentes para a economia brasileira, cuja trajetória de desenvolvimento estava intrinsecamente ligada à exportação de café. A drástica queda na demanda internacional provocou o colapso dos preços e expôs a vulnerabilidade de uma nação dependente de um único produto. Os preços unitários do café caíram 26,9% apenas entre 1928 e 1930, como consequência, a receita proveniente do café, que em 1925 era de 74 milhões de libras, despencou para 21 milhões em 1934 (Buescu, 1974). Este cenário de superprodução e quebra de receita não era apenas uma crise setorial, era uma ameaça à estabilidade de toda a estrutura econômica e social do país, cujas reservas metálicas, acumuladas com empréstimos externos, foram dizimadas em poucos meses pela fuga de capitais (Furtado, 1970).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, em meio a essa instabilidade, a reorientação econômica tornou-se imperativa (Fonseca, 2014). Se tinha um objetivo claro, que era a alteração do *path dependence* brasileiro, direcionando o foco para uma política industrializante e voltada ao mercado interno. Contudo, essa transição não poderia ignorar o problema mais imediato, apontado por Fonseca (2014), que a defesa do café era considerada, sem controvérsia, "o maior e mais urgente dos problemas econômicos do Brasil". A política de valorização herdada da República Velha era vista por Vargas como uma "ilusão de lucro" que, ao sustentar os preços artificialmente, gerava três efeitos negativos: diminuía o consumo, incentivava o surgimento de sucedâneos e intensificava a concorrência, beneficiando produtores estrangeiros em detrimento dos nacionais (Fonseca, 2014).

É crucial notar que a intervenção estatal no café não foi uma invenção de Vargas, mas sim a radicalização de uma trajetória preexistente. O *path dependence* do intervencionismo brasileiro é

⁴ Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929.

denotado ao Convênio de Taubaté de 1906. Essa decisão inicial, embora bem-sucedida a curto prazo, gerou um efeito restritivo no mercado nacional, solidificando uma estrutura de incentivos que desestimulava a diversificação e aumentava os prejuízos da superprodução de um único produto. A crise de 1929 pode ser vista, portanto, não apenas como um evento externo, mas como o colapso de um modelo institucional que se mostrou ineficiente e insustentável.

Diante deste dilema, que exigia superar a dependência do café sem, contudo, abandoná-lo abruptamente, o governo instituiu uma nova engenharia de governança, o Conselho Nacional do Café (CNC), criado em 1931, destacado como uma das principais ferramentas para uma mudança de trajetória que posteriormente em 1933, o conselho foi substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC) (Fonseca, 2014). O CNC e o DNC podem ser entendidos, sob a ótica da Economia Institucional, como instituições formais e robustas, projetadas para centralizar o poder decisório e internalizar os custos de transação gerados pela incerteza extrema do mercado (North, 1994). O Estado passou a atuar como o principal agente regulador, estabelecendo novas "regras do jogo" para o setor mais vital da economia.

A diferença fundamental da intervenção varguista reside na natureza e na capacidade do Estado. Enquanto na República Velha o poder era descentralizado e o governo federal frequentemente capturado pelos interesses diretos da oligarquia cafeeira, o Estado que emerge após 1930 é mais centralizado e autônomo (Furtado, 1970). A criação do CNC e do DNC como um órgãos federais, com poder de regular a cadeia produtiva, reflete essa nova configuração de poder. Sob a ótica de North (1990), o Estado Varguista demonstrou uma capacidade superior de definir e garantir os direitos de propriedade e de impor novas regras formais, mesmo que isso contrariasse parcialmente os interesses de curto prazo dos próprios cafeicultores. Essa maior capacidade estatal foi o que permitiu que a política de defesa não fosse apenas um resgate do setor, mas o instrumento de um projeto de transformação estrutural mais amplo e dinâmico com outras áreas da economia, flexibilizando a diversificação de produção.

A política central adotada pelo Estado foi a compra governamental e a destruição sistemática dos excedentes de café. Embora parecesse drástica, essa medida, como analisou Celso Furtado (1970), teve um efeito macroeconômico crucial, ao comprar a produção que não encontrava mercado, o Estado injetava renda diretamente no setor cafeeiro, sustentando o nível de emprego e o poder de compra dos produtores (Pereira, 1994). Essa renda, por sua vez, não desaparecia, era direcionada para o consumo de bens no mercado interno, contrabalanceando a queda abrupta da demanda externa. Furtado (1970) também argumenta que o Brasil, ao adotar essa política, estava "inconscientemente" aplicando um fomento de inspiração keynesiana, "construindo as famosas pirâmides", alegando que

o produto destruído era muito inferior ao montante da renda que se criava e se mantinha em circulação na economia, contendo a crise que se expandia no âmbito internacional.

A tabela 1 ilustra a escala dessa intervenção. Entre 1931 e 1944, o governo federal destruiu quase 4,7 milhões de toneladas de café, o que representou, em média, aproximadamente 27% de toda a produção nacional no período. Em anos críticos como 1937, a destruição chegou a mais de 70% da produção daquele ano.

Tabela 1 - Café destruído pelo governo federal e a produção nacional de café (1931-1945) - toneladas

| Ano | Toneladas de café destruído (A) | Quantidade produzida de café (B) | % de A sobre B |
|-------|---------------------------------|----------------------------------|----------------|
| 1931 | 169.547 | 1.301.670 | 13,03% |
| 1932 | 559.778 | 1.535.745 | 36,45% |
| 1933 | 821.221 | 1.776.600 | 46,22% |
| 1934 | 495.947 | 1.652.538 | 30,01% |
| 1935 | 101.587 | 1.135.872 | 8,94% |
| 1936 | 223.869 | 1.577.046 | 14,20% |
| 1937 | 1.031.786 | 1.460.459 | 70,62% |
| 1938 | 480.240 | 1.404.143 | 34,20% |
| 1939 | 211.192 | 1.157.031 | 18,25% |
| 1940 | 168.964 | 1.002.062 | 16,86% |
| 1941 | 205.370 | 961.552 | 21,36% |
| 1942 | 138.768 | 829.879 | 16,72% |
| 1943 | 76.459 | 921.934 | 8,29% |
| 1944 | 8.127 | 686.686 | 1,18% |
| TOTAL | 4.692.855 | 17.403.717 | 26,96% |

Fonte: Pelaez (1973) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990)

Essa política, portanto, teve um duplo papel. Primeiramente, funcionou como um mecanismo de mitigação da crise internacional, minimizando os piores efeitos da crise sobre a economia doméstica, permitindo uma recuperação rápida a partir de 1933, uma recuperação que, segundo Furtado (1970), não se deveu a fatores externos, mas sim a essa política interna; e em segundo lugar, a manutenção da renda interna, financiada pela defesa do café, viabilizando o início do Processo de Substituição de Importações (PSI). O encarecimento dos produtos importados devido à desvalorização cambial, combinado com a existência de uma demanda interna sustentada, criou os incentivos necessários para o crescimento da produção industrial local (Pereira, 1994).

Portanto, a intervenção do Estado no setor cafeeiro durante a Era Vargas é o exemplo de como uma nova arquitetura institucional foi criada para gerir uma crise, reduzir a incerteza e usar o setor agroexportador tradicional como pilar de financiamento para uma nova trajetória de desenvolvimento industrial. O CNC e o DNC, além das regulamentações federais não foram apenas um ativo de defesa de uma *commodity*, foram a peça central de uma estratégia que alterou permanentemente o *path dependence* da economia brasileira. A persistência da política de queima de estoques consolidaram o papel do Estado como o principal ator econômico da nação, utilizando uma operação logística e financeira para comprar e destruir milhões de toneladas de café, exigindo a expansão da burocracia estatal e fortalecendo a ideia de que o governo não era apenas um regulador, mas um interventor direto, capaz de moldar mercados e determinar resultados. Ou seja, com a nova política cafeeira, mais controlada e estabilizada diante da mão estatal centralizada, conseguiu construir uma nova trajetória econômica para o Brasil, demonstrando uma maior maturidade em relação a sociedade, porventura atraindo investimento estrangeiro e proporcionando uma maior diversificação produtiva, se desprendendo da política cafeeira.

5 DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO E NOVO *PATH DEPENDENCE*

A profunda crise da economia cafeeira, detalhada anteriormente, expôs a vulnerabilidade estrutural de uma nação excessivamente dependente de um único produto de exportação. Esta elevada especificidade de ativo, onde todo o dinamismo econômico estava atrelado às flutuações de um só mercado, revelou os perigos da dependência de trajetória (*path dependence*) que moldou o Brasil desde o período colonial. A resposta do governo Vargas, portanto, foi além da simples gestão da crise do café, ela se configurou como um ambicioso projeto de diversificação produtiva, visando deliberadamente alterar a matriz institucional da economia brasileira (Fonseca, 2014).

Essa estratégia não foi uma mera política de incentivo a novas culturas, mas uma complexa engenharia institucional. O Estado, agora mais centralizado e autônomo que o da República Velha, assumiu o papel de agente principal na criação de novas regulamentações e reorientação econômica. O objetivo era claro; reduzir os custos de transação e mitigar a incerteza para os produtores que se almejassem produtos para além do café. Como aponta North (1990), o Estado deve intervir para minimizar custos de transação e garantir o cumprimento de contratos, e foi essa, uma das funções das novas autarquias que surgiram no período. A criação de institutos reguladores pode ser entendida como a construção de estruturas de governança que surgiram para dar suporte às transações, tendo como objetivo minimizar os custos de transação, combatendo diretamente a incerteza e o risco de oportunismo que paralisavam a iniciativa privada (North, 1990).

Um dos exemplos dessa nova arquitetura foi o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1933. O setor açucareiro, embora tradicional, sofria com a instabilidade dos preços. O IAA foi instituído para regular a produção através de mecanismos como a limitação da produção, aquisição de estoques e o estabelecimento de cotas por estado, evitando a superprodução, exibindo que aprendeu uma lição direta em relação à crise cafeeira (Buescu, 1974). Ao centralizar a regulação, o IAA reduziu a incerteza e os custos de mensuração e execução (*measurement and enforcement*) para os produtores. A eficácia da medida é notável, pois enquanto o preço do café permanecia estagnado ou caía, o do açúcar, segundo Furtado (1970), aumentou 140% entre 1933 e 1937.

Outro setor que ilustra o sucesso da política de diversificação foi o do algodão. Como aponta Buescu (1974), os "fracassos do café, sobretudo no período da Grande Depressão, desviaram agricultores para o algodão e outros produtos de consumo interno". O governo atuou para organizar a produção e a exportação, e o resultado foi expressivo. Na década de 1930, o algodão se tornou o segundo principal produto de exportação do país, atingindo um auge de 323,5 mil toneladas exportadas em 1939 e chegando a representar 17,6% da pauta exportadora entre 1934 e 1939; esta mudança, como esclarecido por Buescu (1974), ajudou a diminuir o coeficiente de dependência do café e a reduzir a participação total dos sete principais produtos de exportação de 94,2% para 74% no final da década de 1930, um claro indicador de que a matriz produtiva estava se tornando mais complexa e resiliente.

Contudo, essa diversificação não visava apenas a pauta de exportação. Ela estava intrinsecamente ligada ao projeto de industrialização via Substituição de Importações (PSI). A evidência mais contundente desta mudança estrutural pode ser observada na pauta de importações do país, como revelado por Buescu (1974) na tabela 2

Tabela 2 - Importação-Participação por classes (% do valor total) (médias quinquenais)

| Ano | Bens de Consumo | Equipamentos | Combustíveis e Lubrificantes | Matérias-primas |
|-----------|-----------------|--------------|------------------------------|-----------------|
| 1901/1910 | 35,2 | 8,9 | 8,2 | 47,1 |
| 1911/1920 | 27,0 | 10,0 | 12,5 | 50,4 |
| 1921/1930 | 20,0 | 13,9 | 12,1 | 54,0 |
| 1931/1940 | 17,1 | 16,4 | 13,6 | 52,9 |
| 1941/1945 | 12,2 | 22,3 | 12,7 | 52,8 |

Fonte: BUESCU, 1974

A análise da tabela 2 revela uma tendência inequívoca que é a inserção da participação dos Bens de Consumo na pauta de importação que cai de 20,0% na década de 1920 para apenas 12,2% durante a Segunda Guerra Mundial, expondo a falha econômica internacional. Em contrapartida, a importação de Equipamentos aumenta sua participação, sinalizando o investimento na capacidade produtiva, fomentando o mercado interno industrial. Este fenômeno, combinado à política cambial que encareceu os produtos importados, criou os incentivos para o crescimento industrial local (Pereira, 1994). Como argumenta Furtado (1970), a produção industrial, que cresceu cerca de 50% entre 1929 e 1937, tornou-se o novo "fator dinâmico principal no processo de criação de renda".

Em suma, a política de diversificação da produção na Era Vargas foi muito mais do que uma simples resposta a uma crise. Foi a aplicação deliberada de uma nova engenharia institucional que, ao criar estruturas de governança competentes como o IAA, reduziu os custos de transação para novos setores. Essa estratégia foi a principal ferramenta para romper com o *path dependence* da economia agroexportadora. A criação dessas novas e poderosas instituições gerou um efeito disruptivo em relação à política econômica anterior, consolidando uma nova trajetória de desenvolvimento que, utilizando a renda do próprio setor primário como alavanca, estabeleceu o caminho para a industrialização do Brasil.

5.1 ACORDOS INTERNACIONAIS

A perda de poder dos cafeicultores, advindo da regulamentação e diversificação produtiva no estado brasileiro, abriu novos horizontes para a produção nacional, alterando a trajetória econômica e, mesmo que em partes, revertendo uma alta especificidade de ativo que assolava o país. Também revertendo uma política predatória, onde o estado que até então governava o país, fornecia vantagens para o setor agroexportador do café, com as diversas políticas para a manutenção do café como o produto hegemônico na produção nacional, que impossibilitava o dinamismo econômico e de exportação, porventura o crescimento e desenvolvimento da nação.

Com a estabilização da economia nacional durante a década de 30, a diversificação da produção e o iminente início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se viu em uma situação geopolítica vantajosa. Sendo um país vasto em recursos naturais e com um território estratégico, obtendo uma considerável capacidade de barganha. Essa posição permitiu ao governo Vargas adotar uma política externa que ficou conhecida como "equidistância pragmática" ou "jogo duplo", buscando extrair o máximo de benefícios tanto dos Estados Unidos quanto da Alemanha (Carvalho, 2014).

A tabela 3 apresenta o crescimento notável da participação alemã no comércio exterior de exportações brasileiro, atingindo seu ápice em 1938.

Tabela 3 - Participação dos três principais importadores do Brasil, 1933-1939, em proporção ao valor

| Ano | Alemanha | Estados Unidos | Reino Unido |
|------|----------|----------------|-------------|
| 1933 | 8,1 | 46,7 | 7,5 |
| 1934 | 13,1 | 39,2 | 12,1 |
| 1935 | 16,5 | 39,4 | 9,3 |
| 1936 | 13,2 | 38,9 | 11,9 |
| 1937 | 17,1 | 36,2 | 9,1 |
| 1938 | 19,1 | 34,3 | 8,8 |
| 1939 | 12,0 | 36,3 | 9,6 |

Fonte: Brasil. Conselho Nacional de Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Anuário Estatístico do Brasil. 1939-1940

Já em termos de importações na tabela 4 a relação teuto-brasileira também se apresenta em constante harmonia, começando a perder força nos anos de 1939, porém com o aumento da inserção do mercado norte-americano na influência produtiva brasileira, é perceptível que há uma substituição de unidades comerciáveis com o Brasil.

Tabela 4 - Participação dos três principais fornecedores de importações do Brasil, 1933-1939, em proporção ao valor

| Ano | Alemanha | Estados Unidos | Reino Unido |
|------|----------|----------------|-------------|
| 1933 | 12,0 | 21,2 | 19,4 |
| 1934 | 14,0 | 23,7 | 17,1 |
| 1935 | 20,4 | 23,4 | 12,4 |
| 1936 | 23,5 | 22,1 | 11,3 |
| 1937 | 23,9 | 23,0 | 12,1 |
| 1938 | 25,0 | 24,2 | 10,4 |
| 1939 | 19,4 | 33,4 | 9,3 |

Fonte: Brasil. Conselho Nacional de Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Anuário Estatístico do Brasil. 1939-1940

Este intercâmbio teuto-brasileiro foi viabilizado por acordos de compensação bilaterais que utilizavam uma moeda inconvertível; os "marcos de compensação", permitindo que as trocas ocorressem sem o uso das escassas divisas internacionais que tanto a Alemanha quanto o Brasil não obtinham em grande abundância (Oliveira, 2010). Para o Brasil, o acordo era igualmente vantajoso, pois abria um mercado crucial para produtos de exportação em ascensão, como o algodão, e permitia a importação de bens de capital e produtos manufaturados alemães a preços competitivos, já que os dois países se encontravam em difícil situação em relação a divisas internacionais (Carvalho, 2014).

Tabela 5 - Exportações brasileiras de algodão por destino em toneladas (1929-1942)

| Ano | Total | Grã-Bretanha | Alemanha | Japão | Outros |
|------|---------|--------------|----------|--------|---------|
| 1929 | 48.728 | 41.537 | 1.990 | - | 5.201 |
| 1930 | 30.416 | 18.721 | 4.353 | - | 7.342 |
| 1931 | 20.779 | 14.225 | 1.995 | - | 4.559 |
| 1932 | 515 | 176 | 132 | - | 207 |
| 1933 | 11.693 | 66.340 | 392 | 81 | 1.771 |
| 1934 | 126.548 | 9.449 | 21.442 | 1.696 | 37.070 |
| 1935 | 138.630 | 25.939 | 82.329 | 2.492 | 27.870 |
| 1936 | 200.313 | 65.821 | 41.403 | 43.328 | 49.761 |
| 1937 | 236.181 | 47.330 | 84.746 | 50.918 | 53.187 |
| 1938 | 268.719 | 50.448 | 81.803 | 60.159 | 76.309 |
| 1939 | 323.539 | 47.857 | 65.218 | 77.806 | 132.658 |
| 1940 | 224.265 | 53.143 | - | 64.193 | 106.929 |
| 1941 | 288.274 | 38.016 | - | 53.014 | 197.244 |
| 1942 | 153.954 | 32.844 | - | - | 121.110 |

Fonte: Brandis (1952) (1929 até 1935); IBGE (1936); IBGE (1937); IBGE (1938); IBGE (1939 até 1940); IBGE (1941 até 1945).

O algodão tornou-se a peça central desse intercâmbio. Para a Alemanha, a fibra brasileira era um insumo estratégico, essencial para a produção de uniformes para a *Wehrmacht*⁵ e para abastecer a indústria têxtil em um momento de preparativos para a guerra (Agnelli, 2022). O Brasil se tornou o principal fornecedor da fibra para a Alemanha em 1937, superando os Estados Unidos (Agnelli, 2022). Como apresenta a tabela 5, a Alemanha chegou a absorver a maior parte das exportações de algodão brasileiro em anos cruciais como 1935, 1937 e 1938.

Essa aproximação comercial, no entanto, gerou fortes atritos diplomáticos com os Estados Unidos. O governo Roosevelt, defensor do multilateralismo, via o acordo como uma prática de comércio desleal que violava a cláusula de nação mais favorecida (Oliveira, 2010). A relutância norte-americana em aplicar retaliações diretas devia-se à importância do Brasil na política da boa vizinhança⁶ e ao interesse em manter o país em sua esfera de influência (Oliveira, 2010).

A virada estratégica ocorreu com o aprofundamento do conflito e a crescente necessidade dos Aliados por matérias-primas brasileiras. Em janeiro de 1942, o Brasil oficializou o rompimento de relações com o Eixo⁷, selando a aliança com os Estados Unidos, consolidada nos Acordos de Washington em março de 1942 (Moura, 2010).

Esses acordos representaram a culminação do "jogo duplo" de Vargas. Em troca do alinhamento definitivo e do fornecimento de materiais estratégicos, como a borracha e o minério de ferro. O Brasil obteve dos Estados Unidos o que a Alemanha já não podia mais oferecer, um

⁵ Nome oficial das forças armadas da Alemanha (1935 - 1945)

⁶ Política externa dos Estados Unidos para a América Latina, implementada pelo presidente Franklin D. Roosevelt (1933-1945)

⁷ Aliança composta principalmente pela Alemanha, Itália e Japão.

substancial pacote de cooperação econômica (Moura, 2010). O pacote que se firmou como os acordos de Washington⁸ incluía através da Lei de Empréstimos e Arrendamentos¹⁰ (*Lend-Lease Act*) a aquisição de material bélico e um financiamento para a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que viabilizou a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), destinada a garantir o fornecimento de minério de ferro para as indústrias de guerra aliadas dinamizando a indústria interna brasileira para a exportação de bens refinados (Corrêa, 2022).

Assim, a política externa pragmática da Era Vargas conseguiu, ao longo de uma década, navegar pela rivalidade das grandes potências, utilizando o comércio agroexportador como ferramenta para alcançar objetivos estratégicos de longo prazo. O acordo com a Alemanha foi essencial para sustentar a economia, enquanto a aliança final com os Estados Unidos, consolidada nos acordos de Washington, viabilizou os grandes projetos de industrialização que moldaram o desenvolvimento brasileiro nas décadas seguintes.

6 CONCLUSÕES FINAIS

A análise da política agroexportadora brasileira durante a Era Vargas (1930-1945), sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI), revela que as transformações do período foram muito além de uma simples resposta a uma crise econômica. Elas representaram um projeto de engenharia institucional que visava romper com uma trajetória histórica de dependência econômica de um produto e estabelecer as bases para um novo modelo de desenvolvimento. A aplicação do referencial teórico da NEI permite concluir que as ações do governo Vargas foram cruciais para alterar as "regras do jogo" da economia brasileira.

O conceito de dependência de trajetória (*path dependence*) é central para entender a situação pré-1930. A economia brasileira estava presa a uma rota moldada pela monocultura do café, o que gerava uma elevada especificidade de ativos e tornava o país extremamente vulnerável a choques externos. A crise de 1929 expôs a insustentabilidade desse modelo, e a ascensão de Vargas marcou o início de uma ruptura institucional. As políticas de defesa do café, como a criação do Conselho Nacional do Café (CNC) e do Departamento Nacional do Café (DNC), representaram a criação de instituições formais robustas, projetadas para gerir a crise, reduzir a incerteza e, usar o setor em declínio como alavanca para a mudança.

⁸ Série de acordos diplomáticos e financeiros firmados entre o Brasil e os Estados Unidos em 1942. ¹⁰ Programa que permitiu os Estados Unidos enviassem grandes quantidades de material bélico, alimentos e suprimentos aos países Aliados sem exigir pagamento imediato.

A criação de novas autarquias, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), assim como a inserção do algodão na economia de exportações, exemplifica a estratégia do Estado para mitigar os custos de transação e a incerteza que desestimulavam a diversificação produtiva. Ao estabelecer cotas, regular a produção e garantir preços, essas novas estruturas de governança combateram diretamente os riscos que paralisavam a realização de investimentos em outros setores. Essa ação estatal está alinhada com a premissa dos Novos Institucionalistas, de que o Estado deve criar um ambiente regulado e estável, porventura, mais propício ao investimento e à produção.

Essa transformação também pode ser vista como uma transição de um Estado predatório, que na República Velha beneficiava primordialmente os interesses da oligarquia cafeeira, para um modelo com características de Estado de bem-estar, focado em um projeto de desenvolvimento nacional. Embora autoritário, o Estado Vargas utilizou seu poder para orquestrar uma mudança estrutural, canalizando a renda do setor agroexportador mais diversificado para financiar o Processo de Substituição de Importações (PSI) e a nascente indústria nacional. A mudança na pauta de importações, com a queda na compra de bens de consumo e o aumento na de equipamentos, é a evidência material dessa transformação.

Em suma, a Era Vargas foi um período de profunda reconfiguração institucional. As decisões tomadas não só geriram uma das maiores crises do capitalismo, como estabeleceram um novo *path dependence*, direcionado à industrialização e à valorização do mercado interno brasileiro. A política externa pragmática, que culminou em acordos com a Alemanha e os Estados Unidos, foi a ferramenta final para viabilizar grandes projetos industriais, como a CSN. Esta análise auxilia na explicação central da Nova Economia Institucional, porém não completamente, pois, para os Novos Institucionalistas, o Estado deve se alinhar mais em relação à regulamentação do que enfaticamente no molde econômico. Dito isso, concluímos que as instituições não são um pano de fundo, mas a variável fundamental que molda os incentivos, reduzindo as incertezas e determinando a trajetória do desenvolvimento econômico de uma nação, mesmo que seja necessário a atuação governamental na economia.

REFERÊNCIAS

- AGNELLI, Henrique Pons. Vestindo a Wehrmacht: as exportações brasileiras de algodão para a Alemanha, 1934-1940. 2022. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- BRANDIS, R. Cotton competition, U.S. and Brazil: 1929-1948. *American Journal of Agricultural Economics*, 1952.
- BRASIL. Conselho Nacional de Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil - 1939-1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.
- BUESCU, Mircea. Evolução econômica do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., 1974.
- CARVALHO, Gregório Echeverría de. Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942: comércio e defesa nacional. 2014. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CHADREQUE, Juvenal Laurinda da Silva. Nova economia institucional: um estudo sobre possíveis contribuições das instituições no desenvolvimento econômico. 2024. Universidade de Évora, Évora, 2024.
- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, 2002.
- CORRÊA, Maria Leticia. Os “Acordos de Washington” de 1942 e a criação da Companhia Vale do Rio Doce: apontamentos para uma história transnacional do desenvolvimento brasileiro. *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 89, 2022.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. *Contexto & Aplicação*, v. 1, n. 1, 2008.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil – 1936. Rio de Janeiro: IBGE, 1936.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil – 1937. Rio de Janeiro: IBGE, 1937.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil – 1938. Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil – 1939-1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil – 1941-1945. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

JOHN, George. An empirical investigation of some antecedents of opportunism in marketing channels. *Journal of Marketing Research*, v. 21, n. 3, 1984.

MOURA, Gerson. A política externa de Vargas (1930-1945). Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México, D.F.: *Fondo de Cultura Económica*, 1993.

NORTH, Douglass C. Economic performance through time. *The American Economic Review*, v. 84, n. 3, 1994.

OLIVEIRA, Arthur Assumpção de. Os regimes cambiais alemães e os acordos bilaterais entre 1934-1939. 2010. Monografia de final de curso - Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

PELAEZ, Carlos M. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café, 1906-1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 27, n. 1, 1973.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1983*. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VEBLLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VILLELA, Annibal V.; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

WILLIAMSON, Oliver E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: Free Press, 1975.

WILLIAMSON, Oliver E. *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting*. New York: Free Press, 1985.